



# Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ 75 381 178/0001-29

PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 – FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280

e-mail: prefeiturasaotome@gmail.com

CEP 87220-000

–

SÃO TOMÉ

–

PARANÁ

## LEI Nº 356/2025

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO DE USO DE TRÊS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ**, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a concessão de uso dos seguintes imóveis de propriedade do Município de São Tomé:

I - BARRACÃO INDUSTRIAL, COM 200,00 M², LOCALIZADO NA RODOVIA PR 498, SÃO TOMÉ/JAPURÁ, PARQUE INDUSTRIAL – VIVEIRO, QUADRA 01, LOTE 01-RF

II - BARRACÃO INDUSTRIAL, COM 200,00 M², LOCALIZADO NA RODOVIA PR 498, SÃO TOMÉ/JAPURÁ, PARQUE INDUSTRIAL – VIVEIRO, QUADRA 01, LOTE 01-RE

III - TERRENO COM SALÃO NECESSITANDO DE REPAROS, SITUADO NAS DATAS DE TERRAS Nº 17 E 18 DA QUADRA Nº 02 – OBJETO DA MATRÍCULA 7.885.

§1º Na área de terra descrita no inciso III deste artigo, a concessionária deverá iniciar as obras de instalação no prazo de 6 (seis) meses e concluí-las em até 12 (doze) meses, contados a partir da data de início da concessão.

§2º Todas as obras de infraestrutura necessárias para a correta operacionalização da empresa deverão ser realizadas pela concessionária, sem direito a ressarcimento dos investimentos feitos.

§3º As benfeitorias realizadas no imóvel serão incorporadas ao patrimônio público, não havendo direito à indenização ou compensação financeira.

§4º A concessão de uso do imóvel descrito no inciso III será revogada caso a concessionária deixe de gerar, no mínimo, 06 (seis) empregos diretos, conforme compromisso firmado no contrato administrativo.



# Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ 75 381 178/0001-29

PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 – FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280

e-mail: prefeiturasaotome@gmail.com

CEP 87220-000

–

SÃO TOMÉ

–

PARANÁ

**Art. 2º** A concessão de uso terá como finalidade fomentar o desenvolvimento econômico do Município, incentivar a geração de empregos e promover a instalação ou ampliação de atividades industriais.

**Art. 3º** O prazo da concessão de uso será de até dez anos, podendo ser renovado conforme interesse público e mediante justificativa.

**Art. 4º** Os concessionários deverão cumprir todas as obrigações estabelecidas no edital de licitação e no contrato administrativo, incluindo:

I - Manutenção e conservação do imóvel;

II - Pagamento de tributos, taxas e demais encargos incidentes sobre a atividade exercida;

III - Cumprimento das normas ambientais, trabalhistas e de segurança;

IV - Aplicação dos investimentos previstos no projeto apresentado.

**Art. 5º** A concessão de uso será rescindida nos seguintes casos:

I - Descumprimento das obrigações contratuais;

II - Desvio de finalidade do uso do imóvel;

III - Abandono do imóvel;

IV - Interesse público devidamente justificado.

**Art. 6º** O não cumprimento do disposto nesta Lei tornará nula de pleno direito a permissão de uso, sem que disso decorra direito a indenização à permissionária por possíveis benfeitorias introduzidas no local

**Art. 7º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, por meio de decretos e demais atos administrativos necessários à sua execução.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL “ANTONIO ARICINI DA SILVA” DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2025.**

Publicado no Diário Oficial do Município

TRIBUNA DE CIMENORTE

Em 19/03/25

Edição nº 9380, Página nº 11-2

  
**JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDE**  
MUNICIPAL